

## **RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

### **Consórcio TECHNE/ENGEVIX/QUANTA**

**Processo nº 59500.001068/2018-55**

**EDITAL Nº 15/2018**

#### **1. OBJETO**

Examinar o recurso interposto pelo **Consórcio TECHNE/ENGEVIX/QUANTA** referente ao Edital nº 015/2018, que tem por objeto contratação para serviços técnicos especializados de apoio às atividades da gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional – PISF, na modalidade RDC Eletrônico.

#### **2. DA TEMPESTIVIDADE**

O recurso administrativo foi interposto em 1 de abril de 2019, via sistema compras Governamentais, endereçado tempestivamente à Comissão Técnica de Julgamento, designado pela Decisão nº. 1376, de 15/10/2018.

#### **3. ANÁLISE DO RECURSO**

##### **3 - 1.3. Realização de procedimento de reanálise pós recursos não previsto em edital e sem a devida fundamentação e embasamento**

A comissão seguiu rigorosamente os preceitos estabelecidos na legislação vigente bem como o item 6.3 (Recursos Administrativos) do Edital nº 15/2018. Quando da primeira avaliação, foi detectado que houve uma inconsistência no critério de avaliação, à luz dos esclarecimentos prestados pela área técnica. Não cabe a Comissão, verificando essa inconsistência, deixar de rever seus atos. E desta forma foi procedido.

Cabe informar que na data de 12/02/19 foi anunciada no sistema Compra Governamentais o retorno de fase desse certame, com abertura marcada para o dia 13/02/19, às 9h40.

Na data agendada e previamente avisa pelo chat do Compras Governamentais foram lançadas as novas notas no sistema para que todos os participantes tivessem ciência, e posteriormente o quadro com a reanálise das notas foi disponibilizado no site da Codevasf.

Nessa etapa do certame cabe aos participantes o acompanhamento on-line, pois como já é sabido a fase recursal na Licitação sob a forma Eletrônica é única, sendo que o sistema abre a opção para o registro do recurso dos licitantes após a divulgação do resultado final da licitação, momento no qual deverá ser efetuado o registro pelos interessados.

Cabe ressaltar que se a Licitante desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento das propostas (proposta técnica e o Julgamento/aceitação da proposta financeira), ou da habilitação deverá manifestar imediatamente, através do sistema, após o término de cada sessão (julgamento ou da habilitação) a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Presidente da Comissão autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

Todas essas informações foram prestadas pela comissão técnica via chat aos participantes do certame e constam da Ata Complementar.

Diante da alegação do **Consórcio TECHNE/ENGEVIX/QUANTA**, a comissão entende por indeferir as razões do item **1.3**.

### **3 - 1.4. Cerceamento do Direito de Defesa**

Equivocasse o reclamante ao nas suas alegações de cerceamento do Direito de Defesa, pois todas as oportunidades foram oferecidas aos interessados, tanto que o reclamante conseguiu manifestar sua intenção e posteriormente apresentar seu recurso.

Cabe frisar novamente que na Licitação sob a forma Eletrônica, a fase recursal é única, sendo que o sistema abre a opção para o registro do recurso dos licitantes após a divulgação do resultado final da licitação, o que de fato aconteceu, momento no qual deverá ser efetuado o registro pelos interessados.

No entanto para que isso possa acontecer os interessados devem manifestar sua intenção em face dos atos de julgamento das propostas (proposta técnica e o Julgamento/aceitação da proposta financeira), ou da habilitação, através do sistema no prazo máximo de 10 (dez) minutos após o término de cada sessão (julgamento ou da habilitação), sob pena de preclusão.

O sistema funciona exatamente igual para qualquer órgão da administração pública, independentemente de ser operado pela Comissão Técnica de Julgamento do RDC Eletrônico 03/2018, do Atual Ministério do Desenvolvimento Regional, pela Comissão Técnica de Julgamento da Licitação Eletrônica 15/2018, da CODEVASF, ou de qualquer outro usuário da plataforma do Compras Governamentais (ComprasNet-Siasg), dessa forma não havendo o que se falar a respeito de possível ilegalidade ou cerceamento de Direito de Defesa pois todos os procedimentos foram feitos com clareza, objetividade, legalidade e dentro das funcionalidades da plataforma dos módulos de Regime Diferenciado de Contratação (RDC) do Siasgnet, do Comprasnet e do SIASG, que foi utilizado para condução do processo licitatório.

### **3 - 1.5. Não remessa à Autoridade Superior**

Todos os atos legais referentes ao julgamento, inclusive a decisão e/ou homologação dos recursos pelo Presidente da Codevasf, ou seja, pela autoridade competente, foram efetuados. A Homologação física consta das fls. 845 do processo nº 59500.001068/2018-55, que foi também efetuado no sistema do ComprasNet-Siasg, pois somente após a homologação do Presidente da Codevasf nessa plataforma e possível prosseguir com o certame, só foi possível reiniciar o certame no sistema, ou seja, voltar a fase após o registro da decisão do Presidente da Codevasf no sistema.

### **3 - 1.6 - Da avaliação da pontuação da nota técnica.**

**1.6.1.a) - Da avaliação da equipe chave – experiência específica - da proposta do Consórcio TEQ (TECHNE/ENGEVIX/QUANTA) – Diego David Baptista de Souza – Engenheiro Pleno (P1) – Hidrologia.**

Diante da alegação, foi reconsiderado a pontuação de 0 (zero) pontos para 1 (um) ponto devido verificação de 1 serviço para o **Consórcio TEQ (TECHNE/ENGEVIX/QUANTA)**, conforme Certificado nº 2220452477, constante na planilha de análise e recurso.

**1.6.2.a) - Da avaliação da equipe chave – experiência específica - da proposta do Consórcio TEQ (TECHNE/ENGEVIX/QUANTA) – Lailton Vieira Xavier – Engenheiro Sênior (P0) – Gerente de Contrato.**

Diante da alegação do **Consórcio TECHNE/ENGEVIX/QUANTA**, a comissão entende que os atestados estão em desacordo com o item 9.3 do Termo de Referência e esclarecimentos da CE 161/2018 e resposta 3. Diante do exposto, a comissão entende por manter a análise e a pontuação anteriores.

**1.6.3.a) - Da avaliação da equipe chave – experiência específica - da proposta do Consórcio TEQ (TECHNE/ENGEVIX/QUANTA) – Anaximandro Steckling Muller – Engenheiro Pleno (P1) – Hidráulico.**

Diante da alegação do **Consórcio TECHNE/ENGEVIX/QUANTA**, a comissão entende que os atestados estão em desacordo com o item 9.3 do Termo de Referência e esclarecimentos da CE 161/2018 e resposta 3. Diante do exposto, a comissão entende por manter a análise e a pontuação anteriores.

**1.6.1.b) - Da avaliação da equipe chave – experiência específica - da proposta do Consórcio CONCREMAT/MAGNA/VECTOR – Igor Rafael Costa Leite – Engenheiro Pleno (P1) – Telecomunicações.**

Diante da alegação do **Consórcio TECHNE/ENGEVIX/QUANTA**, a comissão entende que os atestados que possuem conformidade com o item 9.3 do Termo de Referência, apresenta dois serviços válidos. Diante do exposto, a comissão entende por manter a análise e a pontuação anteriores.

---

**1.6.2.b) - Da avaliação da equipe chave – experiência específica - da proposta do Consórcio CONCREMAT/MAGNA/VECTOR – Tiago da Silva Rodrigues – Engenheiro Pleno (P1) – Automação.**

Diante da alegação do **Consórcio TECHNE/ENGEVIX/QUANTA**, a comissão entende que os atestados que possuem conformidade com o item 9.3 do Termo de Referência, apresenta dois serviços válidos. Diante do exposto, a comissão entende por manter a análise e a pontuação anteriores.

**1.6.1.c) - Da avaliação da equipe chave – experiência específica - da proposta do Consórcio TA-PISF (THEMAG/ ARCADIS) – Tiago da Silva Rodrigues – Engenheiro Pleno (P1) – Automação.**

Diante da alegação do **Consórcio TECHNE/ENGEVIX/QUANTA**, a comissão entende que os atestados que possuem conformidade com o item 9.3 do Termo de Referência, apresenta dois serviços válidos. Diante do exposto, a comissão entende por manter a análise e a pontuação anteriores.

### **3 – 2. Análise da proposta financeira**

Com relação ao item 2 a recorrente não apresentou nenhum fato que justifique a suspensão da decisão da comissão técnica de julgamento, considerando que o valor global do item ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCRITÓRIO encontra-se inferior ao orçado pela CODEVASF no respectivo item, o que atente aos critérios de aceitabilidade dos preços/proposta estabelecidos no edital.

---

#### 4. Conclusão

A comissão técnica de julgamento, designada pela Decisão nº 1376 de 15 de outubro de 2018, analisou o recurso interposto apresentado pelo **Consórcio TECHNE/ENGEVIX/QUANTA**.

A pontuação final do **Consórcio TECHNE/ENGEVIX/QUANTA** e demais licitantes está disponível no quadro análise e recursos que será disponibilizado sistema Comprasnet e site da Codevasf.

Brasília, DF 15/04/2019

Elton Silva Cuz  
Presidente da Comissão

Renato Brito Chaves  
Membro

Renato José da Silva Isacksson  
Membro